

SAÚDE, DOENÇA E TRABALHO:

ganhar ou perder a vida a trabalhar?

TÍTULO

Saúde, Doença e Trabalho:
ganhar ou perder a vida a trabalhar?

AUTORES

António Sousa Uva
Florentino Serranheira

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS

© 2013 Diário de Bordo

EDIÇÃO

Diário de Bordo

IMPRESSÃO

Europress - Editores e Distribuidores de Publicações, Lda.
Rua João Saraiva, 10 A — 1700-249 Lisboa

TIRAGEM

500 exemplares

1.ª EDIÇÃO

Novembro de 2013

ISBN:

978-989-8554-12-3

DEPÓSITO LEGAL:

365822/13

Diário de Bordo
Rua Pedro Álvares Cabral, 24 - 6ªA
Infante do

Prefácio	13
1. Introdução	23
2. Inter-relações trabalho/saúde (ou doença)	37
3. Relações trabalho/doença	51
3.1 O contexto de trabalho	56
3.2 Fatores (profissionais) de risco	68
3.3 Influência dos fatores (de risco) profissionais na doença	72
3.4 Estratégias de saúde e segurança do trabalho	76
4. Relações trabalho/saúde	83
4.1 Breve referência à evolução dos conceitos de Promoção da Saúde	85
4.2 A saúde multidimensional e sistêmica e o indivíduo inserido num sistema (de trabalho)	90
4.3 A Promoção da saúde e o mundo do trabalho	93
4.3.1 Taylorismo e Fordismo	94
4.3.2 Tóvotismo ou Ohnismo (círculos da qualidade)	96

4.4 Iniciativas de promoção da saúde no mundo do trabalho	97
4.4.1 Os “Wellness programs” ou programas de vigilância e promoção da saúde	98
4.4.2 Os “Employee Assistance Programs” (EAP) e as “Drug Screen Initiatives” (anos de 1980)	100
4.5 Breve referência a algumas iniciativas internacionais no contexto da Promoção da Saúde no Local de Trabalho	103
4.6 A atividade de trabalho e a promoção da Saúde – contributo da Ergonomia	105
5. Conclusões	119
Bibliografia	125

PREFÁCIO

Quando é necessário remar contra a maré, são precisos mais remadores e, fundamentalmente, remadores melhor preparados. É sempre muito mais fácil ir na onda ou na corrente!

Nestes tempos que vivemos, carregados de bloqueios, desafios e mudanças, de sinais de retrocesso social e civilizacional, mas ao mesmo tempo de transformação social profunda em gestação, o lugar e o valor do trabalho estão instabilizados e os trabalhadores são espremidos física e psicologicamente.

António de Sousa Uva deitando mão do seu saber feito de estudo e de vida vivida, de capacidades adquiridas como académico, e como prático, enquanto experiente médico do trabalho, construiu uma obra consistente e de grande oportunidade em defesa da saúde dos cidadãos/trabalhadores, em particular, e objetivamente em defesa da saúde da sociedade em geral.

O seu esforço para conhecer os riscos, para os caracterizar e apontar caminhos para a sua superação é uma atitude contínua, persistente e bem-sucedida.

O convite para escrever este prefácio surpreendeu-me e deixou-me feliz. Conheci o autor nos anos oitenta, já eu desempenhava funções executivas na CGTP-IN, quando alguns meus camaradas da Central, que trabalhavam a área da saúde e da segurança e higiene no trabalho, estabeleceram contactos com professores da Escola Nacional de Saúde Pública, nomeadamente, com o saudoso professor Mário Faria. Desses contactos resultou um protocolo entre as duas entidades, extraordinariamente positivo para o trabalho sindical das décadas seguintes e, logo, para as condições de trabalho e de vida dos trabalhadores.

O Professor António de Sousa Uva esteve nesses contactos desde o início.

Em sequência, participou em múltiplas reuniões bilaterais, em conferências e iniciativas da CGTP-IN que enriqueceu os seus saberes.

Nesta obra, o autor retoma uma sua “velha” atitude muito valiosa: contribuir para elevar a cultura dos cidadãos, com vista à prevenção dos riscos

profissionais e, em particular, elevar a preparação dos atores do sistema de relações de trabalho para que sejam capazes de cuidar da saúde dos indivíduos (seres humanos) no trabalho.

Como sindicalista (não estou no ativo, mas sê-lo-ei sempre), mas também enquanto sociólogo investigador e professor universitário e, ainda, como ator sociopolítico que procura construir análises e formular propostas articulando o social, o económico, o cultural e o político, saúdo este trabalho, a que atribuo elevado valor.

Não é para mim surpresa e não o será para quem conhece o Doutor António de Sousa Uva, o facto de o autor adotar como ponto de partida estruturante da sua obra a centralidade do lugar e do valor do trabalho na sociedade atual. Esta opção tem uma relevante importância face ao contexto social, económico e político que vivemos.

Sem a pretensão de uma abordagem completa, estão aqui os aspetos fundamentais que marcam (e dão sentidos concretos) a essa centralidade: está o trabalho como elemento central da economia e da sociedade; estão os seus significados éticos, morais, de dignidade e de realização humana, de produção de valor e riqueza, de impulso às transformações da sociedade; a observação sobre o peso relativo dos sectores de atividade e seus efeitos; as influências das tecnologias e, inclusive, da “exportação de tecnologias sujas”, processos que ocorrem entre países mas também dentro de um mesmo país; os impactos das múltiplas deslocalizações; as subcontratações e outras formas de relacionamento entre empresas que tantas vezes contribuem para esconder responsabilidades nos acidentes de trabalho e doenças profissionais; estão alertas sobre as inseguranças e instabilidades que as precariedades provocam; os riscos na sua diversidade, os “velhos” e os “emergentes”, os que têm origem física ou química e muitos outros e, ainda, aqueles que resultam do ambiente psicossocial; está o trabalho colocado no centro, também pelas múltiplas conexões com o ambiente dos contextos internos e externos ao espaço de trabalho.

No quadro atual, há que colocar as questões relativas à Saúde e Segurança no Trabalho (SST) numa perspetiva integrada com os desafios ambientais e ecológicos. A problemática da relação entre a SST e o ambiente em ge-

ral, pode ser vista a partir de diferentes perspetivas mas, no fundamental, mostra-se ampla e com profundas conexões.

Em grande medida a abordagem tanto da SST, como do Ambientalismo ou da Ecologia – dimensões inquestionáveis da crise do sistema político em que vivemos – dirigem-se ao questionamento da sustentabilidade do atual modelo (dominante) de desenvolvimento da sociedade. Por um lado, a problemática da sustentabilidade humana, inserida nos contextos estruturais e organizacionais da sociedade, do Estado e das empresas, neste caso em particular, e da regulação e funcionamento dos sistemas laborais, por outro, o problema da sustentabilidade da sobrevivência e desenvolvimento humanos, na relação metabólica do homem e da sociedade com a natureza e o meio ambiente.

Isto quer dizer que, tanto o respeito pelo ser humano enquanto trabalhador, como o respeito pelo meio ambiente em que este vive, contêm temáticas e possuem linguagens e objetivos fortemente relacionados e, em muitos casos, comuns.

Podemos dizer que o comportamento cultural, marcadamente neoliberal, que conduz as atuais correntes dominantes na governação política, na gestão das empresas ou dos serviços públicos, e na organização do trabalho, ao desrespeito pelo trabalhador e pela sua saúde, é do mesmo tipo que leva ao desrespeito pelo ambiente. Este comportamento situa a atividade económica estreitada no objetivo da rapidíssima obtenção de lucro, muitas vezes cilindrando a dimensão social/humana e do meio ambiente.

O risco laboral que sujeita o trabalhador a um acidente ou a uma doença profissional — sempre relacionado com o meio ambiente onde este se insere como é o caso das atividades ligadas a contaminantes ambientais, utilizados ou produzidos — é potencialmente nocivo para a comunidade onde a empresa se insere.

O local do trabalho e a empresa não podem ser “agentes” nocivos para o ser humano, para a comunidade e para a natureza em geral. A empresa ou serviço público, as condições de trabalho e as vivências que se fazem no espaço do trabalho deverão ser agentes ao serviço do progresso e do

desenvolvimento social, ambiental e cultural. Isto só será possível através da educação — o tratamento destes problemas devia estar na escola desde os primeiros anos de escolaridade — da informação e da formação dos trabalhadores em geral e dos próprios empresários ou gestores. Por outro lado, impõe-se o cumprimento da lei e a certificação das empresas em normas técnicas que as levem a adotar práticas organizacionais saudáveis, para os e as trabalhadoras e para o meio ambiente.

Em defesa da saúde de quem trabalha e do desenvolvimento humano, os atuais conceitos de produtividade e de competitividade vão ter de ser postos em causa. Estamos desafiados a trazer para o debate novos paradigmas para os objetivos económicos e para a conceção estrutural das empresas e, ainda, novos conceitos para o emprego, impregnando-os de dignidade.

Os alertas e as propostas desta obra são necessários, quando o trabalho “nem sempre é valorizado” e a saúde e o ambiente de trabalho tendem a ser sacrificados no objetivo da redução dos “custos unitários do trabalho”.

O trabalho é, como referi atrás, central na vida da esmagadora maioria dos cidadãos. É o espaço/tempo relevante na “passagem” de cada dia. O trabalho é importante para valorizar (ou desvalorizar) a condição de cidadão ou de ser humano pleno, é importante para valorizar o não trabalho.

Sousa Uva conduz-nos à observação, por exemplo a partir de dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT), da brutal dimensão do número de mortes e de acidentes que ocorrem no trabalho e que, infelizmente, são superiores aos mortos e feridos ocorridos nas guerras. Ele desperta-nos para a observação dos atrasos na abordagem das mudanças efetivas que se estão a operar no mundo do trabalho, para a saúde dos trabalhadores e para as políticas de saúde.

Os leitores encontrarão no livro uma afirmação interessante que nos serve de reflexão para debates ideológicos e políticos fundamentais: “A conceção do trabalho (digo eu em efetivação) não valoriza adequadamente as variáveis individuais de cada trabalhador”. Ora aí está. Porquê, nesta sociedade de individualismo institucionalizado, não se considera a especificidade física, emocional, psíquica, que marca cada um dos seres humanos? Porquê

essa distração, quando se trata de responsabilidades no trabalho? Apesar dos avanços legislativos e das práticas, o que prossegue dominante é ainda uma lógica de diluir quase tudo numa generalização de abordagens que recusa novas evidências ou persiste na imputação à falha humana, evitando assim a responsabilização patronal ou política face às perdas que os trabalhadores sofrem.

Se no trabalho e fora dele só temos um corpo, este não pode ser tratado de forma menos valorizada quando se está a trabalhar.

O conceito de Saúde e Segurança no Trabalho tem de integrar a promoção da saúde e da qualidade de vida, dentro e fora do espaço da prestação do trabalho. A articulação entre os conceitos de promoção da saúde, de bem-estar e de qualidade de vida, constitui sem dúvida uma forte exigência atual.

O ambiente no trabalho (em termos gerais) e o respeito pelos direitos no trabalho são fatores de saúde. Entretanto, a saúde é fundamental para o ambiente de trabalho e para os objetivos de produtividade.

O autor revitaliza abordagens e traz acrescentos ao estudo das relações entre o trabalho e a doença persistindo, e bem, na necessidade de uma cultura de prevenção que não pode ficar, de forma alguma, para quando os poderes patronais e políticos considerarem existir condições económicas. Por outro lado, insiste na necessidade de se explorar a interdisciplinaridade nas estratégias a adotar para a saúde ocupacional, para a saúde e o ambiente no trabalho.

No que se refere às relações entre o trabalhador e a saúde, são feitas reflexões e apontados caminhos que considero muito ajustados face às alterações nos contextos de trabalho e à evolução do conceito de promoção da saúde.

Como sabemos, existe uma evolução contínua nos objetivos da promoção da saúde no trabalho, que na atualidade situamos nos seguintes campos primordiais: (i) prevenção de acidentes de trabalho e de doenças profissionais (como já se disse, o número de mortos e incapacitados por acidente

de trabalho é bem mais grave à escala mundial do que o número de mortos e de feridos em guerras, e os organismos oficiais demoram a confirmar uma doença como doença profissional); (ii) adaptação do trabalho aos trabalhadores, dado que o trabalho tem exigências éticas e materiais, tem valores a ele associados, tem direitos e deveres que jamais podem permitir transformar o trabalhador em máquina; (iii) cuidados de saúde primários, que podem ser bem mais eficazes se também estiverem presentes no local de trabalho; (iv) promoção da saúde, do bem-estar e da capacidade funcional no trabalho; (v) prevenção de doenças evitáveis, de lesões e incapacidades nas mais diversas áreas; (vi) evitar situações geradoras de absentismo, de perda de produtividade e de competitividade nas empresas e nos mais diversos serviços públicos; (vii) antecipar ganhos em saúde (p.e. eliminar o risco cardiovascular, redução de lombalgias, etc.); (viii) reduzir custos humanos, atuando sobre o custo inerente à efetividade do direito à saúde, mostrando e demonstrando o que a prevenção pode significar de ganhos, identificando a multiplicidade de benefícios obtidos.

António de Sousa Uva aborda sustentadamente, neste seu trabalho, muitos destes objetivos. Ele confirma-nos que tarda um investimento sério na dimensão saúde voltada para o objetivo preventivo. É meu entendimento que o autor expõe a necessidade de se resolverem as insuficiências da dimensão securitária, que está a ser reduzida em nome da crise, mas confirma como é imperioso assumir-se a emergência da dimensão saúde. Não se deixe esta preocupação para o tempo de um contexto económico favorável!

É indispensável a existência de serviços de saúde/médico do trabalho nas empresas, trabalhar regularmente a informação e a comunicação junto dos trabalhadores, dar-lhes formação e induzir-lhe responsabilização sobre os riscos profissionais. A palavra de ordem a sustentar tudo deve ser, pois, prevenir. Para se alcançarem êxitos é imperioso estudar o meio ambiente e os riscos profissionais nos locais de trabalho, articulando com a ação das Administrações de Saúde locais.

No espaço do trabalho cabe em primeiro lugar ao patrão (empregador privado ou público) a responsabilidade de promover as condições de trabalho saudáveis, prevenir as doenças profissionais e os acidentes de trabalho. As normas da OIT e a legislação específica são muito claras nesta matéria.

mas os objetivos do fundamentalismo económico e financeiro imediatista, criam práticas de sinal oposto.

Uma política que vise cuidar da saúde das pessoas, fora e dentro do trabalho, é uma obrigação em sociedade democrática: o indivíduo trabalhador tem de ser cidadão pleno, fora e dentro do espaço de trabalho. Dado o valor e o significado do trabalho mas, também, o tempo de vida que ele significa, os cuidados de saúde devem ser reforçados no espaço do trabalho, sendo certo poder resultar daí vantagens para a produtividade numa perspetiva estratégica, bem como significativos ganhos para a sociedade, designadamente em custos económicos. Muitas vezes até num espaço temporal muito curto.

O local de trabalho, por ser um espaço de socialização por excelência, deve ser privilegiado em relação ao desenvolvimento das estratégias e das práticas das políticas de prevenção e, em particular, à promoção da saúde. A centralidade do trabalho, que o autor coloca em relevo, justifica essas opções. Persistirmos que é no local de trabalho que se processa parte significativa da vida ativa dos e das trabalhadoras. O local de trabalho propicia uma oportunidade única para integrar programas de proteção e promoção da saúde e para modificar a estrutura e o ambiente de trabalho, porque também é aí que as evidências das fragilidades dos indivíduos surgem em primeiro lugar e podem ter resposta mais eficaz.

O trabalhador deve promover a sua Saúde (tem esse dever) no seu todo, também dentro e fora do local de trabalho. Existem os meios técnicos e científicos necessários e a riqueza produzida pelo trabalho é suficiente para, entre outros direitos do trabalho, assegurar o direito à saúde. O trabalhador deve estar consciente do seu direito/responsabilidade nesta importante área. E pode estar se existirem políticas e práticas orientadas para esse objetivo.

As precariedades, mobilidades e flexibilidades que na atualidade marcam as prestações de trabalho, reclamam (exigem) fornecimento de competências para garantir a saúde de quem trabalha. As entidades empregadoras e o Estado têm de agir com princípios éticos e meios adequados que valorizem e promovam a saúde e a segurança no trabalho.

Elevar a cultura para a saúde implica o seu tratamento presente em todos os patamares de decisão estratégica, estrutural e organizacional, nas empresas e serviços públicos, bem como a efetivação do dever coletivo das instituições na promoção da Saúde. E é claro que as políticas de saúde no trabalho estão no centro dos elementos estruturantes de uma estratégia sindical, que nestas áreas deverá ser bem mais presente, com significativos ganhos para os sindicatos, dado que são temas que, depois de esclarecidos, os trabalhadores assumem como de grande importância.

Considero que o autor nos deixa confirmações claras de que existem possibilidades concretas de articulação de objetivos e de ações centradas em programas na área da saúde e outras dos amplos espaços do trabalho — entre a Autoridade para as Condições de Trabalho, a Direção-Geral de Saúde e os Serviços Hospitalares.

Os médicos de família (saúde familiar) e os de cuidados de saúde primários podem e devem ter conhecimento e dar atenção aos riscos profissionais e às condições do ambiente de trabalho e, a partir daí, assegurar uma articulação regular com a ação dos médicos do trabalho. Sabemos que estas práticas são ainda muito pobres e os constrangimentos surgidos no mundo do trabalho, ou nas políticas gerais da saúde, induzem a secundarizações que se tornarão perigosas para o futuro. Não podemos deixar que a “crise” vença!

O cidadão/trabalhador não pode nem deve ser tratado aos “bocadinhos”. O corpo é, como disse atrás, um só e a saúde constitui elemento total da sua existência e atividade. Ela é o bem social de maior importância.

Como os leitores constatarão, os “riscos emergentes” e os “velhos riscos”, muito bem tratados pelo autor, precisam mesmo de resposta séria e premente.

Podemos e devemos trabalhar com saúde, porque é possível, porque é um direito, porque pode ser mais rica a vida dos espaços/tempo da cidadania do ser humano pleno.

1. INTRODUÇÃO